

AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Berivalda de Jesus do Prado Sachi*

Eliane Rose Maio**

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a educação e o trabalho, bem como as relações de poder que permeiam esses aspectos na sociedade capitalista. Para esse escrito, utilizamos, dentre outros/as autores/as, Paulo Freire, Karl Marx, Dermeval Saviani e bell hooks. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, cujo referencial teórico é o Materialismo-Histórico-Dialético, no conceito do/a professor/a crítico/a-reflexivo/a e se orienta pela perspectiva de ensinar além das letras, isto é, buscando formar o indivíduo para o pensamento crítico, assim, se faz necessária uma escola e uma educação onde o sujeito se aproprie do conhecimento, utilizando a educação como prática da liberdade, avançando, possivelmente, para um novo modo de viver e trabalhar.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Relações de Poder. Materialismo-Histórico-Dialético. Pensamento Crítico.

THE POWER RELATIONS THAT PERMEATE LABOR AND EDUCATION IN CAPITALIST SOCIETY

ABSTRACT: The objective of this article is to ponder on education and labor, as well as the power relations that permeate these aspects in capitalist society. For this essay, we have used, among other authors, Paulo Freire, Karl Marx, Dermeval Saviani and bell hooks. This is a bibliographical study, based on the Historical-Dialectical Materialism, in the concept of the critical-reflective teacher and is guided by the perspective of teaching beyond the letters, that is, attempting to prepare the individual for critical thinking, thus, it is necessary school and education where that allow the subject to appropriate knowledge, using education as a practice of freedom, possibly advancing to a new way of living and working.

Keywords: Education. Labor. Power Relations. Historical-Dialectical Materialism. Critical Thinking.

Introdução

Vivemos um momento de constantes conflitos mundiais, a pandemia da Covid-19, a guerra em alguns países, o avanço acelerado da tecnologia e uma possível reorganização econômica. No Brasil, além desse cenário atual, é possível visualizar o declínio do conhecimento científico e a mercantilização da educação, situações essas que podemos associar ao desmantelamento da educação e à falta da valorização de políticas públicas voltadas para esses dois setores importantes, ou seja, educação e trabalho, fato esse que se constitui por meio de falas e ações desalinhadas de alguns governantes, incluindo o atual líder da nação. Para iniciarmos essa discussão, na direção de compreendemos como se dão essas

relações sobre questões interligadas ao trabalho, à educação e às práticas pedagógicas, faz-se necessário pensar que o modo como a nossa vida está estruturada alinha-se ao modo da sociedade capitalista. A partir disso, é possível notar que a hierarquia imposta pelo capital gerou mudanças na forma das pessoas pensarem, agirem, organizarem e reorganizarem suas vidas.

Entendemos que “o homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência”, conforme Saviani (2003, p. 132), e ajusta-se à natureza e a transforma para o seu próprio bem, ou seja, “trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza a transformá-la” (SAVIANI, 2003, p. 133). Os meios de produção determinam a existência humana, logo, “o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano” (SAVIANI, 2003, p. 133).

A realidade atual é bem diferente de quando o trabalho era exclusivamente para a sobrevivência humana, isto é, a pessoa intervinha na natureza com o intuito de sobrevivência, caça e pesca, entretanto, atualmente, o “sonho” de muitos/as trabalhadores/as envolve a implacável e destruidora acumulação do capital. Diante dessa imensa tarefa de se acumular “coisas”, o sujeito por si só se “coisifica”, com a falsa condição do/a opressor/a de ser “generoso/a” ao permitir que esse/a trabalhador/a tenha a oportunidade de realizar seus sonhos por meio do trabalho.

Acompanhando gestos de “generosidade” do/a opressor/a, estão a saga do lucro e o da acumulação desnecessária e desenfreada. Freire (1987, p. 17) expõe que,

Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. Daí o desespero desta “generosidade” diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta “generosidade” que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez

mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.

Segundo Freire, o que acontece é que o/a opressor/a demonstra sua falsa caridade ou “generosidade” para que o/a oprimido/a o/a perceba não como ruim, mas como aquele/a que se mostra preocupado/a, mesmo que saibamos que não. Isso acaba criando uma ilusão de que o/a opressor/a não seria tão opressor/a quanto se mostra. Seguindo essa linha de raciocínio de Paulo Freire, indagamos sobre essa falsa “humildade e generosidade” que o/a opressor/a exerce sobre o/a oprimido/a: Como devemos agir para “escapar” dessa opressão? A resposta para essa indagação encontra-se no decorrer desse escrito e, com base em autores/as que nos trazem suas ideias sobre essa temática, não é uma resposta pronta e acabada, mas é algo que nos faz pensar e repensar a maneira como a nossa sociedade está estruturada em relação ao trabalho e a educação, respectivamente.

1 Os conceitos de trabalho e educação

Existem vários/as autores/as que discorrem sobre o conceito de educação, no entanto, para o cenário da escrita desse texto, optamos por utilizar Saviani (2013, p. 13) que, em suas palavras, compreende a educação como um “ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Para Ériko Mota e Kildilene Mota (2018, p. 240), “a humanidade produzida pelo conjunto dos homens, ao longo da história, é a referência para se desenvolver uma educação firmada em seu processo sócio-histórico, sob a possibilidade de construir relações humanas novas, superando os erros do passado”.

De forma geral, temos vários tipos de trabalhos: o trabalho humano; trabalho assalariado e emprego, o que podemos dizer é que, em todas essas facetas, é o trabalho em si que os compõem. Conceituamos trabalho entendendo que esse abarca as demais conceitualizações, pois está materializado no produto, que, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido àquele/a a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. O trabalho ontológico, segundo Karl Marx (1989), pode ser considerado como o processo de que participam o ser e a natureza, e pelo qual o

ser humano com sua ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Desse modo, o trabalho está materializado no produto. Já a mercadoria, é antes de tudo um objeto, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a sua natureza e a sua origem. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 1989). Para se tornar mercadoria, o produto tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca (MARX, 1989).

Sobre mercadoria, valor de uso, valor de troca, produtividade do trabalho, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, nos embasamos em realidades distintas, porém interligadas pelo trabalho e pela educação. Para tanto, utilizamos Marx (1987;1989;2017), pois, dentre outros/as autores/as, entendemos e compartilhamos das ideias expostas por esse autor.

No que tange ao valor de uso, compreende-se como a utilidade de uma coisa, que faz dela um valor de uso. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca (MARX, 1989). Em relação ao valor de troca, define-se, em sua proporcionalidade, um valor de uso ou um bem que só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado o trabalho humano abstrato. Então, como medir a grandeza do seu valor? É possível medir a grandeza do seu valor, por meio da quantidade da “substância criadora de valor” (MARX, 1989) nele contida, ou seja, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo da sua duração e o tempo de trabalho, por frações de tempo, com hora, dia, etc.

Produtividade do trabalho, segundo Marx (1989), é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos/as trabalhadores/as, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. A mesma quantidade de trabalho, em condições favoráveis, por exemplo, se incorpora em 8 toneladas de trigo e, nas desfavoráveis, em apenas 4 toneladas.

Outros dois importantes conceitos sintetizados por Marx (2017) dizem respeito à mais-valia absoluta e à mais valia relativa. A primeira é definida pela intensificação do ritmo de trabalho, é produzida com pouco ou com nenhum uso da

tecnologia. Já a mais-valia relativa, inclui o uso das tecnologias disponíveis para se produzir mais em menos tempo de trabalho.

Sobre isso, Marx (2017, p. 464) aponta que

A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na produção dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário. Nesse período de transição em que a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos, e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua de mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho. Quanto mais lucra, mais quer lucrar.

Percebemos, a partir da fala do autor, que a mais-valia relativa tem impactos negativos sobre o trabalhador, visto que o trabalho acaba sendo depreciado e o oprimido é explorado continuamente. Destacamos que a mais-valia é determinada por dois fatores, conforme Marx (2017) exemplifica, visto que ela

se origina apenas da parte variável do capital, e vimos que a quantidade da mais-valia é determinada por dois fatores: a taxa da mais-valia e o número dos trabalhadores empregados ao mesmo tempo. Dada a jornada de trabalho, a taxa da mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se reparte em trabalho necessário e trabalho excedente. O número dos trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre capital variável e capital constante. É claro que a produção mecanizada, por mais que amplie, aumentando a produtividade do trabalho, o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só obtém esse resultado diminuindo o número de trabalhadores ocupados por dado montante de capital. Ela transforma uma parte do capital que antes era variável, investido em força viva de trabalho, em maquinaria, em capital constante, que não produz mais-valia (MARX, 2017, p. 464-465).

Assim, a exploração da mais-valia acontece de forma competitiva, pois incute no sujeito que ele deve ser o/a melhor naquilo que faz, ou seja, a convence de uma falsa ideia de que, se ele/a produzir mais, certamente será bem mais querido pelos/as patrões/patroas. É evidente que se o/a trabalhador/a produz para além do solicitado, o/a empregador/a o/a quererá na sua fábrica. No entanto, não devemos nos esquecer de que estamos no processo do capitalismo exacerbado, então, esse

sujeito gerará mais lucro para o/a capitalista que o/a explora. Nesse contexto, o/a trabalhador/a é tido como coisa, coisifica-se e desumaniza-se o/a trabalhador/a (FREIRE, 2013).

2 Do feudo ao capitalismo

Ao analisarmos períodos de transições entre o feudo e o capitalismo em sua fase atual, é possível pensarmos no/a trabalhador/a que se transforma em mercadoria vendida pelo/a operário ao/à capitalista. Como o/a trabalhador/a vende horas de trabalho para gerar lucro àquele/a que o/a oprime, busca-se aproveitar o tempo de trabalho de forma mais produtiva. Nas palavras de Saviani (2003, p. 134), enquanto “a sociedade medieval se baseava na propriedade da terra, e a classe dominante eram os senhores feudais; o trabalho dominante era a agricultura; a forma de convivência entre os homens era de tipo rural”. Já na sociedade moderna, encontramos um novo modo de desenvolver o trabalho e a mão de obra:

a sociedade moderna, desenvolvida a partir do advento do capitalismo, revoluciona constantemente as técnicas de produção e incorpora os acontecimentos como força produtiva, convertendo a ciência, que é potência espiritual, em potência material através da indústria (SAVIANI, 2003. p. 134).

Tanto na manufatura quanto no artesanato, o/a trabalhador/a utiliza a ferramenta para realizar a sua atividade, diferentemente do que ocorre na fábrica, como nos expõe Marx (1989, p. 483):

na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve de ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam completos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.

Ao pensarmos trabalho, educação e sociedade, levando em consideração as suas relações e que vivemos em uma sociedade na qual prevalecem relações de poder e de hierarquia, precisamos compreender como a educação escolar e as suas práticas pedagógicas são pensadas e executadas, ou seja, tentamos entender para

quê e por quê as pessoas são “educadas”, inclusive para compreendermos as políticas públicas como mecanismos do próprio capitalismo.

Na organização social, é possível afirmar que a ciência está mais direcionada para o capitalismo do que para favorecer o próprio ser humano em si. Prova disso são os próprios documentos que embasam a educação, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) apresenta habilidades e competências que notadamente priorizam o não conhecimento científico. Obviamente, isso acontece por serem documentos construídos e validados pelo próprio processo do capitalismo, ou seja, pelos indivíduos que estão no poder, esses documentos não poderiam ter outras perspectivas se não voltadas para o capital, direcionam a educação como meio de “educar” a pessoa para a formação profissional, em que, aparentemente, pensar e ser crítico/a, não é foco central dessa composição educacional.

As relações políticas, econômicas e comerciais enfatizam o desmantelamento do que já está posto na sociedade em detrimento da imposição do novo. Esse “novo” é necessário para que o capitalismo se mantenha em lugar de mando, ou seja, produz-se em grande escala, por isso é necessário vender mais, fabricam-se mercadorias que em pouco tempo precisam ser trocadas/substituídas. Isso ocorre não talvez pela sua durabilidade, mas por uma questão de *status* social, que é o cerne da sociedade capitalista, quanto mais se consome, mais se produz e mais se precisa da mão de obra, e, conseqüentemente, mais se explora essa mão de obra que, na maioria das vezes, desenvolve operações simples que não exigem tanta capacidade. Sobre isso, Marx (2017, p. 417) apresenta que “a compreensão da maior parte das pessoas se forma necessariamente através de suas ocupações ordinárias. Um homem que depende toda a sua vida na execução de algumas operações simples [...] não tem oportunidade de exercitar sua inteligência”. O autor explana que, quando um/a trabalhador/a dedica toda a sua vida à desempenhar funções que lhe exigem maior esforço físico e menor capacidade intelectual, esse/a tende a apresentar mais dificuldade em desenvolver o pensamento crítico.

A partir do século XIX, podemos visualizar a revolução da tecnologia e a automação da indústria geral. Como consequência desse novo modo de produção, surge, então, a exploração do trabalho e a alienação do/a trabalhador/a. As grandes indústrias, em sua maioria, necessitam que o/a funcionário/a produza em larga

escala, ou seja, com a entrada da maquinaria moderna e a fragmentação do trabalho, exige-se do/a trabalhador/a que se produza muito em um determinado espaço de tempo. Nesse contexto, segundo Braverman (1997, p. 55), o/a trabalhador/a “faz o contrato de trabalho, porque as condições sociais, não lhe dão outra alternativa, para ganhar a vida [...]”, entendendo, aqui, que ganhar a vida é no sentido de manter o básico para a sobrevivência humana, ou seja, alimentação, moradia, vestuário, escola, transporte e remédios, muitas vezes o lazer não compõe essa realidade escassa de ganhos a partir do trabalho assalariado. E ele/a deve, dessa forma, dominar apenas a sua parte da produção, ou seja, saber manusear a máquina pelo qual é o/a responsável, não lhe cabendo dominar todo o processo, mas apenas uma parte dele, isto é a fragmentação do trabalho, a produção em larga escala, a esse propósito Marx (2017, p. 415) detalha que

esse mecanismo coletivo de produção composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital, o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes.

Entendemos, com base nessa explanação, que de certo modo o sujeito se aliena na sua forma de trabalho, ele/a se condiciona, se automatiza em relação às ações que são necessárias para o seu ofício e, assim, as realiza de forma mecânica, sem necessidade de desenvolver formas de pensar para realizá-las. Executa a tarefa como se estivesse no “piloto automático”. Ainda sobre isso, Marx (2017, p. 483) explora que

o trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina, em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho.

É bem comum ouvirmos de trabalhadores/as que estão cansados/as, mas não é somente um cansaço físico, é algo que vai além do esgotamento físico, avança para a estafa mental. “Nessa condição, cumprem o papel de aumentar as taxas de acumulação às custas de exploração da força de trabalho, aumentando igualmente os índices de miséria e exclusão” (SAVIANI, 2003, p. 150). Corroborando o que Marx aponta, sobre a exaustividade causada no trabalhador, Adam Smith (*apud* MARX, 2017, p. 417) descreve que

a uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu ânimo. [...] Destrói mesmo a energia de seu corpo e torna-se incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Assim, sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. E, em toda sociedade desenvolvida e civilizada, está é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham (*the labouring poor*) isto é, a grande massa do povo.

O sistema capitalista, por sua vez, deve ser responsabilizado por essa alienação do sujeito, pois advém dele o consumo exacerbado e a exploração do trabalho, utilizando-se os meios de produções atuais. Além disso, leva o/a trabalhador/a a uma exaustão que, muitas vezes, causa cansaço, problemas físicos e até psicológicos por exigir tanto de seu corpo no trabalho. É possível perceber que grande número de profissionais, cada dia mais, afastam-se de seus postos de trabalho por apresentarem diagnósticos e laudos de síndromes relacionadas ao estresse diário, gerado pela cobrança em se produzir mais e mais.

Quando falamos em capitalismo, Bauman (2001), em sua obra *Modernidade Líquida*, nos leva a refletir sobre as mudanças impostas por governantes e por uma sociedade já estruturada de forma hierárquica para favorecer o consumismo e o capitalismo, cujo objetivo maior é o ter e não o ser. Incutem no sujeito que este deve ter, para se manter como alguém nessa sociedade consumista. O que nos é apresentado na obra faz profunda relação com o modelo de sociedade que vemos e vivemos atualmente, na qual as relações têm se mostrado líquidas, dissolvidas, sem os mesmos valores que antes as compunham.

3 O opressor e a falsa “generosidade” sobre o/a oprimido/a

Paulo Freire (2013) apresenta que o sujeito oprimido advém de uma educação e de uma sociedade que o oprime para obter a mais-valia, a mão de obra barata e massificada. O sonho do/a oprimido/a é poder, um dia, oprimir, por meio da produção do trabalho. Marx (1987) expõe que o capitalismo leva o indivíduo à condição de proletário/a-operário/a, é necessário que esse sujeito produza em grande escala para satisfazer e manter a minoria (rica – relações de poder) em uma sociedade, elitista, excludente e capitalista, em que as políticas públicas são voltadas para os meios de produção, ou seja, para o capitalismo. Segundo Campos (*apud* ZOLA, 2015, p. 54),

a expressão *políticas públicas* deve ser entendida no sentido das estratégias governamentais relacionadas às várias áreas de sua atuação. É, portanto, conotativa do investimento dos governos em áreas tanto econômicas como sociais, de grande feito na sociedade, incluindo, por ex., transportes, produção agrícola, impostos, etc. por política social designamos aquelas estratégias mais diretamente ligadas ao sistema de proteção social *stricto sensu*: Seguridade Social com seu tripé: saúde, previdência social e assistência social [...].

Em relação à educação em nível *stricto sensu*, “vivemos num contexto de desmantelamento da educação brasileira por parte de quem deveria disponibilizar subsídios para sua melhoria. [...] o então chefe da nação salienta e incita [...] a desvalorização da ciência” (SACHI; MAIO, 2021, p. 124). As políticas públicas são voltadas à mercantilização e à privatização da educação, chocando-se com a ideia de uma educação plena, não simplesmente pelo fato de ser privatizada, mas, principalmente, por ser elitizada e mercantilizada. É visível em universidades alunos/as que, durante toda a vida acadêmica, estudaram em escolas particulares. Podemos dizer que é uma contradição, normalizada nessa sociedade de elites, prova disso, é que, na maioria dos cursos de Medicina das universidades públicas, que é um dos cursos mais concorridos do país, a maioria dos/as estudantes advém de escolas particulares e têm como base social famílias de classe média alta.

Quando estudamos Marx (1987;1989;2017), Freire (1987;1997), Saviani (2018) entre outros/as tantos/as, o trabalho e a educação aparecem como temáticas a serem analisadas e refletidas com acuidade. O trabalho é político, a educação é política. As políticas neoliberais demonstram interesse em ter e manter a população alienada e submissa: desse modo, será mais fácil manipulá-la. Por saber que um

povo devidamente instruído pode mudar/transformar o modo de viver de uma sociedade, os/as governantes necessitam mantê-lo sobre seus mandos e desmandos, pois, dessa forma, conseguem alcançar seus objetivos, reduzindo o ser humano à apenas “mercadoria”, mais-valia, mão de obra barata e massificada, fonte de lucro.

Desumaniza-se o/a trabalhador/a para que esse/a se sinta na condição de alienado/a, submisso/a, logo, tiram-lhe a humanidade. No processo de desumanização, o sujeito se condiciona à simples posição de operário/a. Freire (1987, p. 49) afirma que,

na imersão em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a ordem que servem os opressores que, de certa forma, vivem neles. Ordem que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros. É possível que ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também hospedado neles ou nos outros. Agredem, como opressores, o opressor nos oprimidos.

Na condição de oprimido/a em que o/a trabalhador/a se encontra, oferecem-lhe a falsa sensação de poder, diante dos/as seus/as colegas de trabalho. Geralmente, colocam-lhe como opressor/a do seu/a oprimido, sendo ele/a também um/a oprimido/a, mas, naquela posição em que se encontra, age como opressor/a. É aquela dicotomia que a sociedade capitalista necessita para se manter no poder. Segundo Saviani (2003, p. 150), “o resultado desse processo para os trabalhadores, enquanto classe, é mais desemprego, mais exclusão”. Sobre isso, Freire (1987, p. 12) reitera que

o seu ideal é realmente ser homem, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes é clara, é ser opressores, estes são o seu testemunho de humanidade. [...] O seu conhecimento de si mesmo como oprimido, se encontra prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. “Reconhecerem-se”, a este nível, contrário ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração; um dos polos da contradição pretendendo a não libertação, mas a identificação com o seu contrário.

Dessa forma, a condição de ser pessoa aparece contrariada, isto é, para o ser pessoa, é necessário ser opressor/a, enquanto aqueles/as que são oprimidos/as não

são vistos/as como ideal. Entre idas e vindas temporais, desde que se instituiu o trabalho como objeto de troca, vimos que, embora o trabalho seja uma necessidade de sobrevivência, é tido como forma de opressão, uma via de mão dupla, ou seja, o/a oprimido/a e o/a opressor/a. Freire (2013) apresenta que as relações atuais “coisificam” as pessoas, pois valoriza-se o ter em detrimento do ser, ter bens materiais, no capitalismo exacerbado, tendo seu valor medido pelos bens materiais que possuem. Como vivemos em uma sociedade de massa, desumaniza-se o ser humano em nome da produção exacerbada, do lucro exagerado, do capital e do consumismo desenfreado.

Freire (2013) expõe ainda que é por meio da educação que podemos mudar o mundo, não a educação por si só, mas por meio da transformação que ela proporciona aos sujeitos que dela se apropriam. Corroborando Freire (2013), Saviani (2018) aponta para a importância de uma educação voltada à formação do/a intelectual, do/a pesquisador/a, do ser pensante, histórico/a e crítico/a, que faz mudanças, que acredita que o conhecimento científico pode permitir transformar uma sociedade, um modo de vida, ou até mesmo um país. Nesse entendimento, Freire (2000, p. 104) afirma que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. É necessária coragem para mudar o que está imposto, estruturalmente, na sociedade do capital, é por meio da formação educacional que podemos deixar de ser alienados/as em relação ao formato em que o trabalho se encontra explícito na sociedade atual.

Por vivermos em um processo de trabalho alienado, cujos sujeitos se submetem a situações de exploração do trabalho e do seu tempo, é necessário entendermos que esse processo passa e perpassa pelos bancos escolares; é na escola que formamos o/a trabalhador/a, é lá que ele/a aprende a ser crítico/a ou não. É ainda na escola que se define quem venderá sua força de trabalho manual, e quem venderá sua força de trabalho intelectual. É inegável que na sociedade capitalista atual, necessitamos do trabalho como fonte de sobrevivência, precisamos nos manter vivos/as. Para isso, utilizamos a troca do nosso tempo pelo dinheiro e do dinheiro pelas mercadorias de que necessitamos. Obviamente, seria uma utopia da nossa parte pensarmos que poderíamos ter uma sociedade totalmente equitativa, ou seja, em que não houvesse distinção econômica e social, como nos afirma João Pedro Fonseca (1996, p. 35):

seria utópica uma sociedade onde as diferenças fossem totalmente eliminadas, onde não houvesse a menor distinção econômica e social. Devem nos incomodar e nos deixar indignados, entretanto, o grau de desigualdade, o tamanho do desnível social e econômico, o fosso que separa os ricos e os pobres, a escandalosa concentração de renda no modelo econômico excludente, a persistência de privilégios concomitantemente com a negação de direitos, a exclusão de parcelas significativas da população do usufruto dos benefícios do progresso e do desenvolvimento científico e tecnológico, o contraste entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais, a pornográfica fome de grande parcela da população, a apartheid social.

Essa forma de sociedade na qual as diferenças não existem está muito longe de ser possível, por isso o autor caracteriza o pensamento como uma utopia, pois eliminar as diferenças implica em uma sociedade longe de todos os problemas citados e, para que isso aconteça, deveria haver uma reformulação absoluta da sociedade, dos/as governantes e do próprio povo.

O sujeito que está inserido nesta sociedade elitista, classificatória e excludente é, infelizmente, parte essencial para que o/a opressor/a obtenha vantagem, Freire (1987, p. 33-34) define essa situação com as seguintes afirmações:

[...] para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão do homem novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem consciência de classe oprimida. [...] Até as revoluções que transformam a situação concreta de opressão em uma nova, em que a libertação se instaura como processo, enfrentam esta manifestação da consciência oprimida.

Notamos uma dicotomia quando os/as oprimidos/as que oprimem se tornam “hospedeiros/as” do/a opressor/a. Freire discute (1987, p. 32):

o grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o planejamento de sua pedagogia libertadora.

O que denotamos é que o/a trabalhador/a ora está na posição de oprimido/a, ora está na posição de opressor/a, com a falsa sensação de poder, constroem,

desse modo, operários/as que se confundem em seus papéis, no entanto, mesmo quando estão na função de dominante (opressores/as), não deixam sua posição de oprimidos/as, pois, mesmo sendo dada a oportunidade de oprimir, esses/as não deixam suas condições de submissos/as dominados/as.

Considerações finais

É possível perceber, pelos temas elencados acima, que, se a escola prepara sujeitos para o processo de trabalho, antes de qualquer coisa, deveria, também, prepará-los para o pensamento crítico, tornando-os àqueles/as que refletem sobre a realidade para além daquilo que os sentidos captam e, inclusive, capaz de refletir sobre o próprio pensamento. No entanto, por termos ainda uma escola elitista, que forma a grande massa para o trabalho braçal, ou para o simples ligar e desligar de máquinas, e que forma a minoria para ser o indivíduo que terá nas mãos o poder, podemos concluir que ainda temos um longo caminho de mudanças à frente. Para mudar o que está posto nessa sociedade elitista, celetista e capitalista serão necessários muitos estudos a respeito dessa temática, bem como muita atitude, pois, se a massa se conscientizasse do seu valor, certamente teríamos uma sociedade mais equitativa.

Como podemos, então, diante da realidade exposta neste trabalho, escapar dessa opressão? Nas palavras de Saviani (2003, p. 151) “necessita, ao contrário, ser organizado de forma voluntária e consciente, de modo a superar a atual divisão e desumanização do homem, seja ele considerado indivíduo ou como classe”. Entendemos que é por meio da escola e da educação que o sujeito se emancipa e se torna conhecedor dos seus direitos e deveres, é na escola e com a mediação de professores/as preparados/as em relação a esse processo capitalista e suas implicações, que o ser humano se torna crítico,

caminhando em direção a uma forma social [...] onde todos os homens possam se beneficiar do imenso desenvolvimento das forças produtivas que resultam em inestimáveis conquistas, obtidas com muito sofrimento pelo conjunto da humanidade ao longo de sua existência (SAVIANI, 2003, p. 151).

Essa educação de que falamos deve, indispensavelmente, acontecer por meio da “troca dialética”, ou seja, “o futuro do ensino está no cultivo de conversas e diálogos”, devemos reconhecer a “primazia da conversa”, essa conversação deve acontecer como “caminho para o aprendizado legítimo como espaço genuíno para o pensamento sério e rigoroso” conforme salienta bell hooks (2020, p. 85-86).

Por fim, esse movimento de transformação, necessariamente, deve passar pelos bancos escolares. Concordamos com os expostos de bell hooks (2013, p. 56), quando enfatiza que, para termos uma pedagogia transformadora, precisamos, prioritariamente, “fazer da sala de aula um contexto democrático, onde todos/as sintam a responsabilidade de contribuir”, como já explicitamos nesse texto, é por meio de uma educação transformadora e ensinando pensamentos críticos, que podemos mudar a realidade atual e, quiçá, avançarmos para um patamar diferente desse em que estamos inseridos/as, alcançando, talvez, um novo modo de viver e trabalhar.

Notas

* Berivalda de Jesus do Prado Sachi é mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora na Rede Municipal de Educação de Astorga - Paraná. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual (Nudisex-CNPq). E-mail: berivaldaprado@gmail.com

** Eliane Rose Maio é Pós-doutora em Educação Escolar (Unesp/Araraquara). Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), mestrado e doutorado. Coordenadora do Núcleo de Estudos e pesquisa em Diversidade Sexual (Nudisex-CNPq). E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 258 p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 69-81, 379 p.

FONSECA, João Pedro da. **Educação Comunitária e Estrutura de poder no Brasil**. In: SILVA, Jair Militão (Org.) Educação comunitária: estudos e propostas. São Paulo: SENAC, 1996, p. 27 - 56.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184 p..

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 143 p..

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, 256 p..

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013, 283 p..

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução de Bhuvan Libanio. São Paulo: Elefante, 2020, 288 p..

MARX, Karl. Maquinaria e a Indústria moderna. In: MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, Vol.1. São Paulo: Difel, 1987, p. 423-582.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro – o processo de produção do capital. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 13. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989, 751 p..

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro – o processo de produção do capital. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 35. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017, 575 p..

MOTA, Érico Ricard Lima Cavalcante; MOTA, Kildilene. Carvalho Matos. Trabalho e Educação na sociedade do capital: um olhar crítico sobre o Currículo estranhado da escola. **Revista Temporis [Ação]** (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 18, n. 01, p. 237-255, jan./jun., 2018. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: 05 mai. 2022.

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado; MAIO, Eliane Rose. Gênero Sexualidade e Violências nos Cotidianos Escolares. In: OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo (Orgs.). **Educação em Sexualidade e Violência Sexual Infantil: pautas para o ambiente escolar**. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021. p. 124-135.

SAVIANI, Dermeval. O Choque da politécnica. In: AUTOR. **Educação, Trabalho e Saúde**. V. 1. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2003, p. 131-152, 372 p.
<https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 mai. 2022.

_____. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**/Dermeval Saviani - 11ª ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013, 137 p.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2018, 474 p.

ZOLA, M. B. Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 54-69.